

A PRÁTICA DISCURSIVA EDITORIAL: LEITURA MONOCROMÁTICA, ENCICLOPÉDIAS E PRECARIZAÇÃO

*The discursive practice of publishing: monochromatic reading,
encyclopaedias and precariousness*

*Phellipe Marcel da Silva Esteves**

*Thiago Mattos***

RESUMO: Das perspectivas da História do Livro e da Análise do Discurso, pretendemos investigar de que modo o sistema editorial brasileiro, por meio da base material linguística e também das condições materiais de produção/existência de seus trabalhadores e livros, faz circular sentidos sobre literatura, tradução, trabalho e ciência. Empreendemos aqui uma análise de como as editoras escolhem seus lançamentos e seus nichos hoje, por meio da investigação de tendências e gestos editoriais que aparecem em seus títulos, em suas páginas de créditos, na decisão de participação de eventos literários etc. Recentemente, ao se inscreverem numa prática de esvaziamento de determinadas editorias, as grandes casas editoriais privilegiam, de modo geral, livros traduzidos da língua inglesa ou livros que provocam efeitos de sentido conservadores. Pretendemos também nos questionar se há espaço para resistência nesses discursos em circulação no sistema e na prática editoriais. Ao final, apontamos para possíveis movimentos e discursos de resistência no sistema editorial.

Palavras-chave: História do livro; Análise do discurso; Tradução.

ABSTRACT: *From the perspective of the History of the Book and of Discourse Analysis, we aim to investigate how the Brazilian publishing system, which relies on language and on the material conditions of production/existence of its workers and books, enables the circulation of meanings regarding literature, translation, work and science. We attempt to provide an analysis of how publishing houses choose their next publications and their market niches at the present. We do this by investigating editorial tendencies and the details that appear in the titles of publications, the credit pages and the decisions of whether to participate or not in literary events, etc. More recently, as editorial houses established a practice of getting rid of some areas, the major houses privilege the publication of translations of books in English, or of conservative books. Moreover, we intend to question if there is any possibility for resistance in the circulation of discourse within the publishing systems and practices. We also indicate possible movements of resistance within the editorial system.*

* Professor de Linguística na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: phellipemarcel@gmail.com

** Doutorando em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês na Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: thiagomattos.lit@gmail.com

Keywords: *History of the book ; Discourse analysis; Translation.*

1 A edição de livro: malha estrutural ou discurso de resistência

A frequência, a formatação, a escolha, a linha editorial das casas de edição de livros são determinadas (e determinantes) pelas (das) ideologias editoriais circulantes, possíveis, incisivas em dadas condições de produção sócio-históricas. De modo geral, conhecem-se autores literários (e, analogamente, livros não literários) por meio das práticas editoriais, de suas políticas de eleição dos livros que devem ser publicados. André Lefevere, teórico dos estudos da tradução inserido nos estudos descritivistas (Toury, 1995), parte da noção de *refração* para mostrar não apenas como textos são refratados em (e partir de) diferentes lugares de um polissistema (Even-Zohar, 1978), mas para mostrar também os mecanismos ideológicos que operam nessas refrações. É relevante aí o papel não só de instituições — aparelhos — culturais, universitárias e acadêmicas, mas também, e talvez principalmente, o das editoras, que decidem, em última instância, o que pode e deve ser lido em determinado sistema literário.¹ Refrações não são apenas traduções, mas também resenhas, textos críticos, adaptações, isto é, todo um aparato discursivo que circunda e sustenta o lugar ocupado por determinado texto no sistema em questão. Esse lugar é (re)produzido pelo mecenato/patronagem, que hoje encontra sua atuação máxima na figura das editoras.

As editoras são aparelhos que não só permitem a circulação da cultura letrada, como também escolhem que cultura letrada deverá circular. Em outros tempos, ideologias mais abertas e/ou mais autoritárias (no sentido de *discurso autoritário* formulado por Orlandi, 1996) já contaram com as editoras como aparelhos para

¹ Esse sistema não se compõe somente de textos literários. Pelo contrário: sendo parte de um polissistema de cultura, o que Lefevere chama de sistema literário acolhe na verdade um conjunto de (re)escrituras que estão em jogo na dinâmica de circulação de saberes e discursos sobre o que pode e deve ser lido, como deve ser lido etc. “A Literatura [...] é um dos sistemas que constitui o ‘complexo de sistemas’ conhecido como cultura. Dito de outra forma, uma cultura, uma sociedade é o ambiente do sistema literário. Este e os outros sistemas pertencendo ao sistema social são abertos uns aos outros: eles se influenciam mutuamente” (LEFEVERE, 2007, p. 33). Sustentamos, assim, que o dito “sistema literário” não se restringe àquilo que comumente se chama de “literatura” em estantes de livrarias e cadernos de jornal: comparece aí uma série de tensões e dinâmicas que dizem respeito ao histórico, ao político, ao social e ao ideológico.

reprodução de suas estruturas de evidência, de seus sentidos:

As formas de controle são reforçadas e sistematizadas não mais nos princípios mas na prática, sobretudo a partir de 1936, e a repressão recai sobre os quadros do Komintern, principalmente no domínio da edição. No início, o [...] desaparecimento de uma série de autores soviéticos, riscados dos catálogos em razão de sua efetiva ou suposta oposição à política encarnada por Stalin. [...] Assiste-se nas publicações soviéticas a um empobrecimento das temáticas e dos campos abordados: a sociologia, a economia política, a história contemporânea e a filosofia desaparecem, no essencial, em proveito de obras centradas [...] na construção do socialismo na URSS. (WOLIKOW, 2013, p. 319-320).

Tal empobrecimento das temáticas e dos campos abordados decorre de uma prática crescente de censura no sistema literário/editorial soviético a partir de meados dos anos 1930. Se alguns discursos impressos deixam de circular, outros se proliferam, como o discurso oficial do partido. No entanto, não é apenas num Estado de censura explícita que há um empobrecimento de temáticas e de campos abordados, bem como propriamente uma homogeneização de língua — sendo aqui compreendida como base material para os processos discursivos — e de produção de sentidos. Basta que o funcionamento do sistema editorial seja formatado por determinadas regras que privilegiem um discurso dominante já circulante em outros sistemas editoriais — demonstrando, assim, em que medida hoje os discursos estão em consonância com a distribuição internacional do trabalho —, não permitindo a produção, no âmbito editorial, de discursos que poderiam ser e que já foram outros. Discursos cáusticos, perigosos para os aparelhos de Estado. No relato de uma das ocasiões em que foi preso pelo regime militar, o editor Ênio Silveira, ex-dono da Civilização Brasileira, conta:

— [...] você é uma das mais eficientes armas de sabotagem dos nossos princípios de vida. Uma editora — dizia o Gerson de Pina [então coronel, durante a ditadura militar brasileira] — uma editora é uma arma perigosíssima, que você arma silenciosa e constantemente. Por isso é que você foi preso. Você é mais perigoso para nós que um sujeito que está assaltando um banco. (SILVEIRA, 2003, p. 94).

Mas toda “arma” precisa ser preparada para seu uso. E pode ser usada em diversas direções, “aniquilando” distintos “inimigos”. Cabe a pergunta: é possível, hoje, afirmar que o sistema editorial brasileiro possui, *em peso*, editoras que se armem contra uma não ampliação — ou mesmo um recrudescimento — de temáticas, de campos e de discursos?

As posições de crítico, resenhista, professor, tradutor etc. são responsáveis pela sobrevivência ou pelo apagamento de determinada obra, literária ou não. Podemos acrescentar a essa lista a posição também dos editores, inscritos nos aparelhos das editoras: o que editar, e como editar, diz muito do modo como majoritariamente se tem buscado dar a ver e a ler a obra. Esses sujeitos, de todo modo, não são plenamente autônomos. Primeiro porque estão cindidos pelo inconsciente e pela ideologia, na forma como teoriza Pêcheux (2009 [1975]). Segundo porque, em termos diretos e imediatos, estão condicionados a empresas, instituições etc. — também ideológicas —, que desempenham poder sobre suas escolhas, produções e circulação dessas produções. Trata-se do mecenato: “algo próximo dos poderes (pessoas, instituições) que podem fomentar ou impedir a leitura, escritura e reescritura” (LEFEVERE, 2007, p. 34). Podemos afirmar que o mecenato atua como uma das práticas previstas na formação ideológica capitalista. Pêcheux, Haroche e Henry exploram a noção de

formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras. (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 2008 [1971])

O mecenato é responsável, em última análise, por decidir sobre o que deve ser lido e, ao menos em parte, como deve ser lido: atitudes que dizem respeito à própria organização social em classes contraditórias. Não só isso: ele é responsável também por regular a relação entre o sistema literário e os demais sistemas que constituem uma sociedade: “como regra, operam por meio de instituições montadas para regular, senão a escritura de literatura, pelo menos sua distribuição” (LEFEVERE, 2007, p. 35). É aí, repetimos, que entra o papel preponderante das editoras, ou mesmo do próprio sistema editorial em sua forma mercado, na circulação contemporânea de poéticas e saberes.

Em pesquisas que um dos autores deste artigo² realiza sobre a história das enciclopédias no Brasil — no que tange à sua edição, às escolhas e à escrita de verbetes, à circulação de saberes —, frequentemente deparou-se com listas de colaboradores, redatores, tradutores, editores, revisores de tradução etc. que nunca vieram a lume,

2 P. ex., ESTEVES, 2014, 2016.

graças à prática de apagamento das diferentes instâncias do trabalho de edição de livros. A enciclopédia *Thesouro da juventude*, na década de 1920, foi publicada seguindo esse ritual, pela editora multinacional W.M. Jackson, com sede no Rio de Janeiro e em Nova York. Algumas obras governamentais do já extinto Instituto Nacional do Livro também. É da política editorial de muitas organizações anular a impressão dos nomes dos revisores, dos copidesques, dos cotejadores, dos diagramadores etc. nas páginas iniciais ou finais das publicações, destinadas justamente às informações técnicas. Já outras editoras permitem esse reconhecimento dos nomes nessas mesmas páginas.

O grupo editorial Record, um dos maiores do Brasil, realizou uma rodada de cerca de cinquenta demissões — seguindo o exemplo de outros ramos da indústria cultural, como jornais, revistas e redes de televisão — nos dias 6 e 7 de agosto de 2015, e é uma dessas empresas que pouco divulgam os nomes de seus colaboradores: não apenas falta de reconhecimento nos livros, como também apagamento de quem assina esses trabalhos, como se o nome da editora pudesse centralizar processos e produtos.

Contudo, a Record se inscreve numa prática já consolidada. Tomemos aqui como exemplo as enciclopédias. De acordo com Nunes (2012, p. 2ss), “A *Enciclopédia Brasileira Mérito*, publicada em 1959 pela editora Mérito em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, é a primeira enciclopédia concluída a se apresentar como brasileira”, trazendo definições concisas e uma mescla entre enciclopédia e dicionário, por contemplar também um discurso metalinguístico. É um primeiro indício de minoração de uma memória europeia ou norte-americana — lembre-se de que a W.M. Jackson, que não coincidentemente também é responsável pela *Mérito*, publica pelo menos duas enciclopédias traduzidas nas três primeiras décadas do século XX, e outras editoras também trazem a seu corpo um discurso eurocêntrico desde o título ou dos elementos pré-textuais — e a assunção de um título prioritariamente nacional. Acontece que a *Enciclopédia Brasileira Mérito* não credita nominalmente nenhum de seus editores, organizadores, lexicógrafos, consultores. Boris Schnaiderman, em entrevista a Gutemberg de Medeiros em 2007, afirma ter sido um dos principais redatores da enciclopédia:

Uma vez, eu abri o jornal e vi um anúncio em letras quase garrafais: “Pessoas cultas: precisa-se”. O anúncio dizia: “Precisa-se de pessoas que saibam inglês, francês, é desejável também o conhecimento de

italiano, latim, grego”. Eu estava desempregado, arrisquei e fui. *Não tinha nenhuma referência de quem é que estava chamando?* Não, nenhuma referência. Aquilo era a Editora Jackson que, depois, com a filial brasileira, passou a se chamar Mérito. Queriam fazer uma enciclopédia, então eles estavam convocando pessoas. [...] Agora, aquilo era uma instituição muito estranha que devia dar um prejuízo terrível aos americanos por causa do sistema todo, era uma coisa muito complicada. [...] De vez em quando vinha o representante da Jackson [...] para controlar. Mas a coisa era completamente doida, completamente estúpida. Uma porção de gente trabalhando, outros controlando. E os que controlavam, às vezes, sabiam menos do que aqueles que estavam redigindo os verbetes, era uma confusão terrível. (MEDEIROS & SCHNAIDERMAN, 2007, p. 91).

A editora, em seu anúncio de emprego, portanto, não se identifica. E, na publicação de sua enciclopédia, não identifica seus trabalhadores. Tendo sido a *Enciclopédia Brasileira Mérito* editada pela W.M. Jackson, ela se integra a uma regularidade presente na própria editora. Nas décadas de 1920 e 1930, a casa editorial já lançara a *Encyclopedia e diccionario internacional*, com o seguinte subtítulo: “organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de sciencia e de letras brasileiros e portuguezes”. Não há vestígio, na enciclopédia, de nenhum colaborador, ao menos não nominalmente. A função-autor é completamente assumida pela editora e por esse subtítulo predicativo. Sua publicação em 1958 só confirma o apagamento do trabalho editorial sobre o texto, numa ilusão não de que o sentido proviria de um sujeito empírico, mas de que seria originado numa pessoa jurídica, num nome, mas *da editora*.

2 Condições de produção: uma massa fria, um discurso de apagamento

Demissões simultâneas. Vários chefes combinam um horário e chamam funcionários ao mesmo tempo para dar a má notícia, diante de inúmeras planilhas abertas no computador. O baixo desempenho dos últimos anos, meses, é a razão para os cortes, bem como os custos de cada setor. Racionalizar os investimentos, maximizar a produtividade. Esse foi o cenário de 6 e 7 de agosto de 2015 no grupo editorial Record. Outras editoras do Rio de Janeiro, em datas próximas, também demitiram em massa.

Alguns setores foram praticamente extintos. O de literatura nacional, por exemplo, foi quase extinto pela quantidade de demissões: isso num dos grupos editoriais com um dos catálogos mais prestigiados de livros brasileiros, com alguns autores iniciantes e muitas das leituras clássicas, como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz,

Dias Gomes, Antonio Callado. Num sistema em que já é tão penoso se posicionar como autor nacional (estreado ou renomado), esse desgaste na “reorganização” — designação da posição dos chefes e investidores — estreita ainda mais os espaços reservados a determinado tipo de literatura brasileira. O foco, em muitas editoras, é o mercado de livros “politicamente incorretos”, que encabeçam por semanas seguidas as listas de mais vendidos das revistas de grande circulação. Com afirmações que se autoproclamam “polêmicas”, “politicamente incorretas”, são depois desmentidos por pesquisadores e escritores que contestam essas versões.³ Nisso os grandes grupos editoriais apostam.

Se a ênfase das editoras em livros “politicamente incorretos” não pode ser medida em caráter quantitativo absoluto — ou seja, não podemos afirmar aqui a extensão das tiragens iniciais e das reimpressões desses livros em relação às de outros publicados pelas casas editoriais —, justamente porque essas informações das editoras não são compartilhadas com o grande público — ou mesmo com pesquisadores —, é possível averiguar como houve uma expansão de títulos com o sintagma “politicamente incorreto” a partir do final dos anos 2000, em direção aos anos 2010. De acordo com dados da Agência Brasileira de ISBN, dos 45 registros com a expressão no título que contam com ISBN no Brasil, 43 delas foram solicitadas entre 2007 e 2016. Os outros dois produtos, segundo a Agência, são de 1900, mas, se olharmos nos respectivos sites de suas editoras (Paulinas e L&PM), descobrimos que se trata de livros publicados do ano 2000 para a frente. Em outras palavras, de 2000 a 2016, houve uma grande incidência de produtos contendo essas palavras no título, bem como reedições em outros formatos. Não se trata, portanto, de 46 livros distintos, mas de formas diferentes de vender os mesmos livros, algumas vezes. Ou seja: as editoras investem em diferentes formatos e suportes, como livros impressos, *e-books*, *kits* e *boxes* para a venda desses tão rentáveis produtos. Em comparação, quando se digita “politicamente correto” no site da Agência, encontram-se seis produtos, o mais antigo deles com registro em 1994: o *Dicionário do politicamente correto*, de Henry Beard, publicado pela mesma L&PM.

As desculpas da crise, do corte de editais de compras de livros pelo governo, do

³ Ficou conhecida a discussão entre Fernando de Moraes e Leandro Narloch, autor de guias politicamente incorretos, na 7ª Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto). Moraes, entre outros jornalistas presentes, criticou Narloch pelas afirmações imprecisas, baseadas em poucas fontes ou mesmo em informações oficiais de governo ditatoriais, como do regime de Pinochet, no Chile.

recrudescimento do número de leitores não exumem as grandes editoras: não é incomum que os livros aceitos e as editorias privilegiadas não sejam as de literatura nacional, as de arte, as que aceitam novos autores de romance, poesia, contos, crônicas. Investe-se, financeira e simbolicamente, nos setores que legitimam editorial e literariamente o sucesso dos já consolidados, e consolidados em certos lugares sociais distantes daquele ocupado pelo sujeito “escritor brasileiro” (seja estreante — caso ainda pior — ou veterano): apresentadores de TV, atores, ex-modelos, cantores de sucesso súbito, jornalistas da grande mídia, religiosos da indústria cultural.

Na imprensa, muito pouco se noticiaram as demissões na Record. De modo geral, a materialidade linguística que traduziu as baixas na editora, ao trabalhar com o discurso direto de quem responde pelas demissões — uma das sócias e diretoras da casa editorial —, está inscrita num discurso que as significa como da ordem de uma realocação empresarial, apagando o trabalhador. Vejamos:

Na Record, deixaram a casa Sergio França – que tinha 16 anos de Record –, Lucas Bandeira de Mello, Denis Rubra, todos do editorial, e ainda houve cortes entre os revisores, designers e equipe de produção. Por telefone, Sonia Jardim, sócia e diretora da casa, confirmou as demissões. “A previsão de resultado desse ano aponta para queda no faturamento em relação ao ano passado. A decisão foi de preservar os dedos e deixar alguns anéis irem”, explicou Sonia. Por comunicado, o Grupo Editorial Record informou que promoveu uma reestruturação em seu quadro de funcionários “visando a uma adequação ao momento de retração econômica e do mercado literário, que enfrenta o corte de compras de livros pelo governo e registra faturamento abaixo da inflação neste ano”. No mesmo comunicado, o grupo informa que editorias foram reagrupadas e o número de lançamentos foi redimensionado para uma média de 40 títulos mensais. (PUBLISHNEWS, 11 de agosto de 2015; sublinhas nossas)

Vejamos que designar funcionários como “anéis” e suas demissões como “reestruturação”, “adequação” e, verbalmente, como uma *readequação* das editorias é anular tanto os cortes de trabalhadores quanto o excesso de trabalho legado a quem não foi demitido. No discurso direto de Sonia Jardim, a palavra “corte” só comparece quando se fala das “compras de livros pelo governo”. A editora se *reestrutura*, se *adequa*, se *reagrupa*. O governo *corta*. Incide, nesse discurso, uma responsabilização pública pelas demissões — mas, se o governo não tem investido quanto deveria tanto na autoria de livros escritos por brasileiros quanto na compra de livros em programas públicos, isso não significa que as “reestruturações” das editoras devam manter apenas

os setores de literatura traduzida, sobretudo literatura traduzida do inglês.

Mais do que narrar casos que exemplificam certa lógica que parece gerenciar essas editoras, cabem as perguntas: o que está em jogo nessa lógica? Empresarização e financeirização do sistema editorial brasileiro, que até algumas décadas contava com iniciativas quase quixotescas de dedicação à “causa maior” do livro e da literatura? Qual é o papel dessas grandes editoras (cada vez mais tomadas pelo capital estrangeiro) na promoção e circulação de saberes e poéticas no sistema brasileiro? E cabe, enfim, a pergunta: há *lugar* de (e para a) resistência?

3 Condições de produção: irregularidade trabalhista

Essas mudanças pelas quais tem passado o mercado editorial não são algo isolado. Estão relacionadas com algumas tendências de transformação do mercado de trabalho em meio à era de mundialização do capital (ANTUNES; ALVES, 2004): desregulamentação de formas tradicionais de trabalho; terceirizações crescentes, inclusive em setores até então pouco sujeitos a esse tipo de precarização; a mundialização da produção de bens (cresce no Brasil o número de livros que rodam em gráficas chinesas, tailandesas etc.). Não cabe especularmos sobre o porvir. Mas não é de todo mal nos perguntarmos sobre o futuro desses profissionais do livro: quais são as alternativas desses trabalhadores demitidos? O próprio mercado editorial oferece uma solução: o trabalhador como *freelancer*, que também compõe as condições de produção do discurso sobre e das editoras.

A porta de entrada no mercado editorial é geralmente o posto de estagiário ou de *freelancer*. São diversas as etapas de produção de um livro até seu lançamento, e as editoras não possuem em seus quadros internos empregados para todo o processo. Justificável em alguns casos, já que cada projeto é um projeto. Por outro lado, economicamente vantajoso para a editora, uma vez que é muito mais barato pagar um revisor à distância que manter um interno. Deslocamento, previdência, alimentação, cumprimento de apenas oito horas diárias e um máximo de duas horas extras por dia (direitos estabelecidos mesmo no Estado de direito precário) não são preocupações. O *freelancer* faz seu horário — como se o tivesse escolhido, como se isso fosse sua liberdade — e tem de se preocupar, ele mesmo, com tudo isso. Também vantajoso é

eliminar o posto de revisor de tradução. Já existem muitas editoras suprimindo o próprio posto de revisor, dependendo do tipo de livro e de suporte que se pretende lançar no mercado.

A presença de “frilas fixos” nas editoras não é novidade: a capistas, *designers*, produtores editoriais, revisores, tradutores etc. é prometido o pagamento de uma remuneração pouco mais alta que o valor de mercado para que os colaboradores prestem seus serviços exclusivamente para a casa editorial pagante. São profissionais sem direitos trabalhistas que a qualquer momento podem ser desligados de suas funções sem o pagamento de rescisão de contrato, FGTS, aviso-prévio. E sem que esses trabalhadores autônomos constituam vínculo empregatício com as organizações. Hoje, essa prática é generalizada, e tende a se generalizar mesmo em funções antes desempenhadas por empregados fixos das editoras. Os prestadores de serviço se mantêm calados, não raro com medo de retaliações das editoras, que podem simplesmente cessar a oferta de trabalho. Esse temor se traduz na noção de precarização das relações de trabalho. Precarização das relações do trabalho com livros: em geral, livros de não ficção, “politicamente incorretos”; quando de ficção, livros traduzidos do inglês, geralmente séries com alta vendagem certa. A publicação de outro tipo de literatura (como a literatura brasileira contemporânea) é para formar catálogo, ganhar visibilidade através de prêmio literário, construir a imagem social da marca.

4 Quando quase só se publica literatura traduzida do inglês e livro ideologicamente conservador

As línguas são a base material dos processos que engendram a produção, a reprodução e a ruptura ideológica. Nas grandes editoras brasileiras, há um predomínio de livros traduzidos do inglês mesmo quando a língua original é outra, como japonês, árabe, hebraico; ou mesmo línguas que contam com numerosos cursos de graduação no Brasil, como francês, italiano etc. O livro é vertido para o inglês de sua língua original e, só então, é traduzido para a língua do Brasil. Isso porque o principal critério para saber se um livro vai ou não ser vendido no Brasil é se o livro foi ou não bem-vendido nos Estados Unidos. Imagina-se um público leitor brasileiro muito parecido com um público leitor norte-americano, e isso vai se perpetuando, vai se reproduzindo como uma ideologia literária. Segundo Fontes (2013),

A expansão do capitalismo no Brasil levou-o a integrar o grupo de países capital-imperialistas, mantendo uma inserção secundária entre as nações preponderantes no mundo contemporâneo, sendo os Estados Unidos o mais importante. [...] nos defrontamos com a constatação de que o desenvolvimento do capitalismo não assegura civilização, mas nos lança em situações de barbárie mais espessas. (FONTES, 2013, p. 104).

Subalternização, secundarização na literatura. Subalternização, secundarização no mundo do trabalho produtivo. É verdade que surgiu nos últimos anos no Brasil uma forte tendência de valorizar traduções diretas da língua original: as famosas traduções do russo da editora 34, novas traduções do árabe das *Mil e uma noites*, tradução do original em alemão de Freud etc. No entanto, devidamente contextualizadas no sistema editorial, e não somente em certo nicho de mercado de uma suposta “alta literatura”, percebe-se o quão minoritárias são essas práticas. E mesmo nesse suposto “nicho” têm surgido exceções. A mais recente antologia de ensaios de Roger Chartier publicada no Brasil, *A mão do autor e a mente do editor*, pela editora da UNESP, foi traduzida não do francês (língua nem tão rara no meio acadêmico de humanidades), mas do inglês.

Quando só se publica literatura traduzida do inglês, aprofundam-se imaginários circulantes na língua inglesa. Todo processo tradutório de alguma maneira existe na tensão entre subtrair e acrescentar. Mas, nesse caso, a maior preocupação é justamente com o que se mantém, esse *mesmo* que não muda mesmo com a tradução. E (re)produz efeitos: um conjunto dos mesmos princípios, conhecimentos e modos de vida, como se esses fossem os únicos possíveis de serem lidos em nossa língua, e substituindo outro conjunto de princípios, conhecimentos e modos de vida presentes no vernáculo brasileiro. Um apagamento da pluralidade de ideias e de modos de vivência e expressão humanos. Tudo marcado na própria língua.

Para Lefevere (2007 [1992]),

Aparentemente, a história da literatura é com frequência escrita não de um ponto de vista atemporal abrangente, “acima das lutas”; mas antes, ela projeta as “lutas” de seu próprio tempo no passado, usando os escritores que ela canoniza como suporte de uma determinada ideologia, de uma certa poética, ou de ambas. A cultura manipula seu passado colocando-a a serviço daquilo que os grupos dominantes na cultura gostariam de que fosse seu presente. (LEFEVERE, 2007 [1992], p. 197).

A história da literatura brasileira contemporânea poderia ser feita com respeito às

lutas de hoje: por que não pensar nos fluxos do discurso literário considerando a manutenção das fronteiras dos Estados nacionais, bem como as relações de poder que são expressas na edição de livros? Quando a revista *Granta* publica, no Brasil e em edições traduzidas no exterior, uma antologia com “Os melhores jovens escritores brasileiros”, por exemplo, as manifestações por parte dos críticos são várias, inclusive comparando o sistema editorial brasileiro ao norte-americano:

Antologista veterano (organizou as das gerações 90 e 00), Nelson de Oliveira diz que a iniciativa da *Granta* precisa ser repetida. “Precisamos de mais antologias. Os norte-americanos, que entendem realmente de mercado editorial, lançam numa década dúzias de antologias.” (ILUSTRADA, 2012)

A comparação com os norte-americanos é imediata, e o procedimento da oração relativa “que entendem realmente de mercado editorial” provoca o efeito apositivo de que os norte-americanos são modelo, são paradigma, são o ideal a ser copiado.

Futuramente, com que materialidade será possível fazer a história da literatura brasileira de hoje? Na ótica de Lefevere (*op. cit.*), há um apagamento das condições de produção contemporâneas: a parametrização do sistema editorial brasileiro a partir do norte-americano seria apagada, pasteurizando com isso o discurso sobre a literatura, como se a questão nacional não se impusesse diante de como fazer livros.

Rowland Lorimer (2012) afirma que também o leitor canadense, mesmo num país plurilíngue e que tenha o inglês como língua dominante, também compra mais livros escritos por autores dos EUA que por escritores do Canadá:

In contemporary political context, the struggle to balance the internal circulation of domestic ideas with the importation of knowledge, ideas, and products remains. In the Canadian book market, far more titles distributed, sold and read are originated in the U.S. and other countries than in Canada. (LORIMER, 2012, p. 46).⁴

A palavra é justamente essa: “struggle”, “luta”. Para Sapiro (2008), essa conjuntura é internacional, e a tendência é que a língua inglesa abocanhe, via tradução, ainda maiores parcelas dos mercados editoriais de cada país.

⁴ “No contexto político contemporâneo, continua a luta para equilibrar a circulação interna de ideias domésticas com a importação de ideias, saberes e produtos. No mercado editorial canadense, é muito maior a proporção de livros distribuídos, vendidos e lidos originários dos EUA e de outros países que do Canadá” (LORIMER, 2012, p. 46; tradução nossa).

5 Condições de produção: crise providencial e resistência

Em comunicado no próprio site da Ediouro — que já estava, em agosto de 2015, redirecionando seu conteúdo para o domínio da HarperCollins —, foi anunciada a *joint-venture* entre HarperCollins e a editora brasileira. Brian Murray, presidente e CEO dessa que é a segunda maior publicadora de livros comerciais do mundo, afirma no documento que:

Isso nos proporciona uma presença mais marcante num mercado estratégico e em expansão, e representa mais um passo em nossos planos de publicar globalmente nossa ampla lista de autores, ao mesmo tempo prestigiando os autores locais.

As editoras internacionais investem em ocupar espaço no mercado brasileiro, “estratégico e em expansão”, mas há um desinvestimento, do lado brasileiro, no capital humano já presente aqui. Que crise é essa que é vista como oportunidade pelas casas editoriais mundo afora? As demissões nesses grupos — que vão além da Record — seriam uma maneira de se tornar mais “competitivo” ou atender a algum padrão de custo internacional? Há, de fato, a necessidade de se cortar na folha de pagamento antes de se revisar a margem de lucro? Estaria o setor editorial passando por uma reestruturação, que passa a funcionar a partir da mesma lógica que rege um banco ou uma loja de departamentos?

Ênio Silveira, editor e fundador da Civilização Brasileira, editora incorporada à Record em 2000, foi um dos editores mais personalistas da história da edição de livros no Brasil. Militante do Partido Comunista Brasileiro, compôs uma linha editorial crítica que não era simplesmente fechada a livros de esquerda, mas a livros que podiam contribuir para a constituição de um pensamento reflexivo no Brasil. Ênio Silveira era editor, e se declarava frequentemente dividido entre o feijão e o sonho: entre as contas a pagar (as suas e as da editora) e o desejo de publicar títulos que de algum modo produzissem deslocamentos na produção dominante. Conseguia chegar a um equilíbrio. Silveira já fazia uma crítica ferrenha à forma como, a partir da década de 1990, as editoras brasileiras passaram a se comportar no sistema editorial:

O editor, que se preze como tal, vive sempre oscilando entre dois pólos, bem caracterizados pelo livro de Orígenes Lessa, *O Feijão e o Sonho*. Se ele se dedica só ao feijão, ele não é bom editor. E se ele se dedica só ao sonho, ele quebra a cara muito rapidamente, numa

sociedade capitalista ele está fadado ao insucesso. O contraponto feijão/sonho é que dá a justa medida da qualidade de um editor. Mas ele não pode se deixar dominar só pelo feijão, infelizmente ocorre em todo o mundo, sobretudo hoje em dia, em que a atividade editorial passou a ser um apêndice dos meios de comunicação. [...] A criatividade editorial sumiu diante das conversas do mundo capitalista. (SILVEIRA, 2003, p. 97-98)

Poderíamos dizer que um dos lugares possíveis de resistência atualmente está nas pequenas editoras independentes? Seriam as editoras independentes, tão numerosas, por exemplo, na Argentina, onde constroem e mantêm a literatura contemporânea do país, possíveis no Brasil? Ou melhor: não será possível dizer que já há no mercado editorial brasileiro determinado número de editoras independentes que promovem resistência(s) real(ais) a essas políticas editoriais dominantes?

Em recente evento literário de que um dos autores deste artigo⁵ participou, ele contou com a presença da sua própria editora. No evento, havia também a presença de autores de grandes editoras, algumas já controladas por conglomerados estadunidenses. Em conversas paralelas, todos esses autores se queixam da falta de apoio dos seus editores. Em um caso extremo, um dos autores mais vendidos da nova geração de romancistas confessava que estava ali sem livros: a editora Alfaguara, da gigantesca Penguin Random House, não quis custear o envio de algumas dezenas de exemplares para o evento: racionalização dos custos. Enquanto isso, editoras independentes regionais ou nacionais marcavam participação, com os próprios editores presentes. O investimento simbólico é grande em um caso e quase nulo no outro.

Mas que independência é essa? E de que dependem, afinal, aquelas editoras que não são independentes? Dos resultados, dos investimentos, da abertura de capital, do marketing, do valor da marca, das estratégias de expansão... Como disse César Aira:

As pequenas editoras têm para mim uma vantagem prática muito concreta: nelas posso publicar livros muito breves. Meus relatos nunca passam de cem páginas, às vezes têm 20 ou 30. [...] As grandes editoras querem livros grossos, porque é bem sabido que, hoje, quanto mais grosso um livro menos literatura ele contém, e a literatura é um mau negócio. (AIRA, 2012).

A maximização dos lucros rende também uma economia com os recursos gastos nos livros. E já há editoras em que os livros digitais (*e-books*) não são revisados depois

⁵ Thiago Mattos.

da conversão do arquivo para o suporte virtual.

6 Efeito: o silenciamento do intelectual, e contrafeito: as resistências possíveis

Esses trabalhadores quase anônimos das editoras estudaram além da média brasileira, são intelectuais em potencial. Muitos têm MBA, mestrado, doutorado; leem em mais de duas línguas. Em fichas do Instituto Nacional do Livro — abrigadas na Biblioteca Nacional — de interessados em participar da escrita da *Enciclopédia brasileira*, então em projeto, havia nomes do calibre de Darcy Ribeiro, Paulo Rónai, Sergio Mezzalira. Mas futuramente conheceremos intelectuais saídos de projetos editoriais assim, ou suas vozes serão caladas?

Como exemplo de que esses profissionais ocupam, potencialmente, lugares de intelectuais, transcrevemos aqui uma carta. A pasta com fichas de candidatos à redação da *Enciclopédia brasileira* do INL preenchidas, com fotos 3 x 4 cm, a contém. A carta em questão foi direcionada para a pesquisadora Maria do Carmo Tavares de Miranda (filósofa, pedagoga e teóloga; tradutora de autores como Martin Heidegger, de quem foi assistente), como convite para preenchimento de uma das fichas para possíveis colaboradores da *Enciclopédia brasileira*, que vinha seguida de um “Roteiro para preenchimento do Questionário”, explicitando o que cada campo deveria conter:

Ilmo. Sr.A. Professora MARIA DO CARMO TAVARES DE MIRANDA

1- A seção da Enciclopédia Brasileira, órgão do Instituto Nacional do Livro, com sede à rua das Palmeiras nº 60, Botafogo, Distrito Federal, através do encarregado do Roster (cadastro de técnicos e cientistas) da Enciclopédia Brasileira, tem o prazer de enviar um questionário a ser preenchido por V. S.

2- Esta remessa liga-se a um levantamento de técnicos e cientistas residentes no Brasil que possam colaborar na elaboração dos trabalhos de preparo dos verbetes da Enciclopédia Brasileira, levantamento êste, que constitui um dos pontos do plano ora em plena execução.

3- Com os dados constantes dos questionários preenchidos organizaremos fichas de colaboradores de todo o país, fichas estas que devem conter o maior numero de informações uteis para aquela finalidade. Para isto, solicitamos que V. S. nos remeta duas fotografias, tamanho 3/4, para o que, enviamos envelope anexo.

4- Estamos no endereço já mencionado, ao inteiro dispôr de V. S. para qualquer esclarecimento.

Desde já agradecemos a valiosa cooperação e apresentamos os nossos melhores protestos de consideração.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1959 [...]

Joaquim de Assis Ribeiro Neto

A *Enciclopédia brasileira* nunca chegou a ser publicada pelo INL. Mas, se tivesse vindo a lume e se os créditos dos redatores e colaboradores não tivessem sido registrados nas páginas da obra, teria sido apagada parte da história da escrita da própria obra. Como se essa carta nunca tivesse sido enviada para Maria do Carmo Tavares de Miranda. Marque-se aqui também uma diferença entre o relato de Boris Schnaiderman sobre o anúncio da editora Mérito, que nem mesmo identificava a editora, tampouco o ofício para o qual faziam seleção de redator; e o convite enviado pelo Instituto Nacional do Livro, que já fizera uma triagem de cientistas e técnicos para a escrita. A investigação dessa pasta de fichas presente na Biblioteca Nacional representa uma análise da imagem oficial de ciência e de cientista feita pelo INL dos anos 1950.

O sistema editorial, em sua forma de mercado, em vez de estimular que esses profissionais se tornem vozes exponenciais em suas áreas, como os mencionados acima, silencia-os. Com a ameaça velada de demissão em caso de uma produtividade mais crítica ou de uma discordância da linha editorial e/ou com um possível fim da oferta de “frilas” em caso de uma denúncia das terríveis condições de trabalho como trabalhador autônomo. E nos perguntamos novamente: é possível resistir, ir além do feijão? As pequenas editoras têm mostrado que é possível resistir, publicando (nova) prosa e (nova) poesia, gerando tensões e tremores nesse sistema literário dominado por grandes editoras de capital internacional. Como disse Carlito Azevedo,

editar bem poesia não é criar um objeto que seja tão vendável quanto um romance, com design arrojado; editar bem poesia é aceitar editar antimercadoria, é respeitar aquilo que por sua natureza inovadora e complexa, como disse o poeta português Joaquim Manuel Magalhães, ainda não tem um público, vai inventar o seu público. (AZEVEDO, 2011)

Mas não é apenas com poesia que se resiste. Trabalhos acadêmicos das mais diversas áreas das ciências humanas, que não teriam espaço no catálogo de uma editora grande, encontram publicação (e circulação) nas editoras independentes.

Se é verdade que editoras desempenham papel majoritário no mecenato (tal qual pensado por Lefevere) contemporâneo, também o é que editoras independentes têm ocupado e promovido as margens desse sistema: literatura brasileira, poesia, novos

romancistas, ciências humanas, literatura contemporânea não anglo-saxã etc. Não só isso: essas editoras têm mostrado que é possível promover deslocamentos nesse sistema, mesmo ocupando posições de menor poder de mecenato: dos 14 finalistas do prêmio Oceanos 2015, 4 publicaram numa editora de pequeno porte; dos 10 finalistas de poesia do prêmio Jabuti 2015, apenas um publicou em uma editora de grande porte. Mas apenas 1 finalista da categoria romance (dito mais comercializável) foi publicado em editora de pequeno porte: apesar das resistências possíveis, a capacidade de resistir precisa passar também por uma capacidade de fazer circular, donde a necessidade de programas de fomento governamentais, editais de publicação, editais de compra de livros para bibliotecas públicas etc. que não se submetam à influência financeira dos conglomerados editoriais. Não se trata de um caminho fácil sem a colaboração de programas de estado que contemplem tanto a formação do leitor, do editor e do autor quanto a publicação de livros por meio de editais não só voltados à formação de bibliotecas de livros didáticos e paradidáticos, mas também de *livros*.

Essas editoras apostam e investem simbolicamente na circulação de ideias outras, autores outros, construindo e pondo em circulação uma heterogeneidade de sentidos. Ainda que estejam agindo predominantemente na margem do sistema literário, isto é, nas porções não contempladas pelas grandes editoras, são capazes de promover alguma atividade sísmica no sistema, forçando bordas, promovendo dobras. Não surpreende, nesse contexto, que alguns autores que estrearam em pequenas editoras consigam certa repercussão de crítica e público e recebam tentadores convites de grandes editoras, uma vez que todo o investimento inicial já foi feito por quem aposta no *devoir*, não no *dominante*. E esses autores passam a circular conforme os padrões e modos de editar determinados pelo mecenato: “E não é coincidência que esses autores piorem tanto com o tempo, é que eles passam a se levar a sério mesmo, a achar que agora eles são escritores de verdade, antes eram apenas uns experimentadores”. (AZEVEDO, 2011)

Entretanto, essas resistências organizadas nas e em torno das editoras independentes dificilmente incidem sobre uma questão conjuntural e profunda como a precarização do trabalho, a desregulação das relações de trabalho, as demissões em massa. O que podem e tentam fazer efetivamente é fazer falar, no interior desse sistema literário, o silenciado. A(s) resistência(s) trabalha(m) o contrário do silenciamento do

intelectual e da assepsia do escritor. Esses modos de resistir procuram dar a ver o apagado, forçando no sistema literário controlado pelas grandes editoras uma presença que, mesmo recalçada, retorna sempre.

Referências

- AIRA, C. César Aira lança ‘Haikus’ e defende editoras independentes (entrevista). *O Globo*, 09 jun. 2012.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, 2004.
- AZEVEDO, C. ‘Editar bem poesia é aceitar editar antimercadoria’, diz escritor. Entrevista realizada por Paulo Werneck. *Ilustríssima [Folha de S. Paulo]*, 17 set. 2011.
- ESTEVES, P. M. da S. E. A produção de uma enciclopédia do porvir: política linguística e projeção de uma disciplina. *Matraga*, v. 23, n. 38. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- _____. *O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973)*. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2014.
- EVEN-ZOHAR, I. The Relations between Primary and Secondary System in the Literary Polysystem. *Papers in Historical Poetics*. TelAviv: Porter Institute for PoeticsandSemiotics, p. 14-20, 1978.
- FONTES, V. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. *Crítica Marxista*, n. 36. Unicamp: Cemarx, 2013.
- ILUSTRADA. “Os eleitos: Escolha, pela revista britânica “Granta”, dos 20 “melhores jovens escritores brasileiros” reaviva debate sobre critérios e marcas para definir gerações literárias”. *Ilustrada [Folha de S.Paulo]*. São Paulo: 16 jul. 2012.
- LEFEVERE, A. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad.: Claudia Mattos Seligmann. Bauru: Edusc, 2007 [1992].
- LORIMER, R. *Ultra Libris: Policy, Technology, and the Creative Economy of Book Publishing in Canada*, Toronto: ECW Press, 2012.
- MEDEIROS, G. de; SCHNAIDERMAN, B. S. Entrevista com Boris Solomônovitch Schnaiderman. *Revista USP*, São Paulo, n. 75, p. 86-100, set./nov. 2007.
- MÉRITO. *Enciclopédia brasileira Mérito*. São Paulo: Editora Mérito, 1958.
- NUNES, J. H. *Para uma história do discurso enciclopédico no Brasil*. Anais do XXVII Encontro Nacional da Anpoll. Niterói: UFF, 2012.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad.: Eni Orlandi et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PUBLISHNEWS. Saraiva e Record demitem: Entre os demitidos estão Daniel Louzada (Saraiva) e Sérgio França (Record). 11 ago. 2015.

SAPIRO, G. (dir.) *Translatio, Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: CNRS Éditions, 2008.

SILVEIRA, Ê. *Editando o editor*, v. 3. Entrevistado por Marta Assis de Almeida, Magalo Oliveira Fernandes, Mirian Senra; Organização de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

TOURY, G. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1995.

WOLIKOW, S. História do livro e da edição no mundo comunista europeu. In: DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J. Y. (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia: Ateliê Editorial ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Recebido em: 26/09/2016

Aceito em: 13/12/2016